

OS PARADIGMAS E O ESPAÇO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS*

A superação do positivismo

As ciências sociais contemporâneas devem a Jeffrey Alexander uma contribuição importante, na forma de uma tentativa ambiciosa e inteligente de dar uma ordem ao caos epistemológico e conceitual em que elas se debatem. Sem pretender reproduzir aqui uma análise que podemos ouvir do próprio autor, gostaria, no entanto, de sumariar alguns aspectos principais para situar a discussão.

Alexander inicia seus argumentos, muito adequadamente, tratando de limpar o terreno da discussão epistemológica. Em *Theoretical Logic in Sociology*, ele procura mostrar como a visão positivista da ciência, que reduz todo o conhecimento à busca de “fatos” empíricos, não se sustenta nem nas ciências sociais nem nas ciências naturais. Não faz sentido argumentar, como quiseram muitos, que as ciências sociais, por estarem envolvidas todo o tempo com valores e significados, constituiriam um campo epistemológico à parte — a resposta “humanista” ao positivismo sociológico. Ao retrazar o caminho percorrido desde os trabalhos de Alexander Koyré e Michael Polanyi sobre os supostos culturais (Koyré) e a fundamentação tácita das ciências naturais (Polanyi) até a moderna sociologia da ciência com seus

* Publicado originalmente em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4: 29-35, 2 jul. 1966.

estudos empíricos sobre a construção dos fatos científicos (e passando, inevitavelmente, pela contribuição seminal de Thomas Kuhn sobre os paradigmas do conhecimento), Alexander mostra como os postulados positivistas não passam de uma ilusão dos tempos da ciência normal¹. A única diferença real entre as ciências naturais e as sociais seria que, nestas, as discussões de valores e princípios são mais constantes e presentes, os pressupostos tácitos menos fáceis de serem admitidos. A crítica aos pressupostos positivistas e a recusa a cair no irracionalismo implícito no "humanismo" antiempírico justificam o esforço de Alexander para recuperar o nível especificamente teórico e conceitual das ciências sociais.

Seu texto atual² difere do anterior pelo menos em dois pontos. Primeiro, as diferenças entre as ciências sociais e as naturais voltam a ganhar preeminência. Segundo, o que antes era visto como o "nível conceitual" das ciências sociais (na realidade, um contínuo que ia desde as pressuposições mais gerais, próximas ao ambiente metafísico e não-empírico das ciências, até os supostos metodológicos da pesquisa) é agora apresentado como constituindo um nível "discursivo". São duas diferenças importantes, que vale a pena explorar um pouco.

Por que as ciências naturais discutem menos seus pressupostos?

Se as ciências naturais são tão dependentes quanto as ciências sociais de pressuposições tácitas (Polanyi), visões de mundo (Koyré) e modelos operacionais implícitos (*exemplars*, conforme Kuhn), como explicar serem elas muito menos suscetíveis às constantes controvérsias e debates que avassalam as ciências sociais o tempo todo? "It is because natural scientists so often agree about the generalized commitments which inform their craft that more delimited empirical questions usually receive their explicit attention", responde-nos Alexander (1986: 7-8).

Ele não examina em que condições esse consenso ocorre ou não, mas é fácil dar pelo menos alguns exemplos. O consenso, que permite uma dis-

1. Jeffrey C. Alexander, *Theoretical Logic*, Berkeley, University of California, 1982, 4 volumes; Alexander Koyré, *Études Galiléennes*, Paris, Hermann, 1939; Michael Polanyi, *Personal Knowledge*, London, Routledge & Kegan Paul, 1958; Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, 2. ed., Chicago University Press, 1970.
2. Jeffrey C. Alexander, "O Novo Movimento Teórico", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(2): 6-28, jun. de 1987, preparado originalmente para publicação como "The New Theoretical Movement", em Neil J. Smelser (ed.), *Handbook of Sociology*, Newbury Park, Calif., Sage Publications, 1988.

cussão técnica sobre as funções de uma enzima ou as propriedades de um novo material, começa a ser menos claro quando o que se discute é, por exemplo, a segurança de uma usina nuclear ou o grau aceitável de poluição do ar por certos produtos químicos. Nos primeiros exemplos, o que constitui uma “função” ou como se definem as “propriedades” de determinado produto são conceitos que fazem parte da prática cotidiana dos pesquisadores e não estão em discussão. Nos outros exemplos, a discussão não é necessariamente menos técnica ou científica, mas já não existe consenso tácito sobre o que venham a ser níveis aceitáveis de segurança ou tolerabilidade. O avanço tecnológico que permite a detecção de partículas cada vez mais infinitesimais de produtos químicos em amostras de alimentos e o avanço dos estudos epidemiológicos que permitem detectar pequenas alterações na probabilidade de ocorrência de determinadas enfermidades em grandes populações vão tornando essas questões cada vez mais controversas e, na realidade, impossíveis de serem resolvidas dentro de marcos estritamente “tácitos” ou “científicos”.

A diferença entre as ciências naturais e as sociais seria, pois, simplesmente de grau e se explicaria pelo fato de estas últimas se referirem mais constantemente a questões de valor. Nas palavras de Alexander, “in its application social science produces so much more disagreement”. “Application”, aqui, não se refere simplesmente à tecnologia (onde as ciências sociais se encontram evidentemente inferiorizadas), mas, principalmente, ao que elas trazem como avaliação ou interpretação do homem e do mundo em que habita. “Classe social” ou “socialização”, por exemplo, não são conceitos que se esgotam em suas determinações lógicas e empíricas; eles não só conduzem a determinados tipos de análise como também trazem embutidas certas visões mais amplas de como as sociedades se desenvolvem e incorporam ou não os indivíduos que as compõem. As controvérsias, como vimos mais acima, não são alheias às ciências naturais e tornam-se tanto mais intensas quanto as implicações de seus resultados podem ir além de seus marcos “científicos” usuais. Isso não significa, naturalmente, que não existam controvérsias científicas enquanto tais, mas existe aqui uma questão de fronteiras pouco esclarecida. Em que medida essa separação entre os aspectos valorativos e os aspectos mais especificamente cognitivos do conhecimento é válida nas ciências naturais e nas ciências sociais? Existem tentativas, possivelmente extremadas, de abolir essa separação completamente, como, por exemplo, na teoria da “finalização” ou no chamado “programa forte” da sociologia do conhecimento proposto pela escola de Edimburgo³. É uma discussão acesa que ainda continuará por muito tempo, inclusive pelas conotações valorati-

3. G. Böhme, “Models for the Development of Science”, em I. Spiegel-Rösing e D. Price, *Science, Technology and Society*, Beverly Hills, Sage Publications, 1977, pp. 319-354; David Bloor, *Knowledge and Social Imagery*, London, Routledge & Kegan Paul, 1976.

vas que implica⁴. Um resultado importante, de qualquer forma, já foi obtido: não são só as concepções positivistas e empiricistas da ciência que se vêm ameaçadas, mas também as que pretendem partir de fundamentações lógico-racionais prévias a qualquer antecedente pressuposicional ou basear-se em um princípio de demarcação absoluto entre o científico e o não-científico.

Ciência vs. aplicação e teoria vs. discurso nas ciências sociais

Uma diferença importante entre as ciências sociais e as naturais é pois que, nas primeiras, a própria elaboração de conceitos supostamente “científicos” já traz conotações valorativas e práticas imediatas. Ainda que isso ocorra também nas ciências naturais (e exemplos não faltam, de Galileu a Darwin), nas sociais essa vinculação é muito mais constante, imediata e abrangente, e é por isso que o projeto de construção de uma sociologia “madura”, pela acumulação progressiva de conhecimentos parciais, jamais se concretizou⁵.

Em *Theoretical Logic in Sociology*, Alexander parte do pós-positivismo para recuperar a importância da elaboração teórica em sociologia. A teoria, diz ele com razão, não pode ser avaliada simplesmente por suas implicações empíricas, como queriam os positivistas. Existiriam, no entanto, dois critérios fundamentais para decidir quanto à validade da argumentação científica no nível mais teórico. O primeiro seria sua “generalização”, ou seja, “principles so broad in scope that they cannot be subsumed by any more empirically-oriented level of the scientific continuum” [entre conceitos gerais é empiria]. Em outras palavras, a teoria deve ser capaz de criar “a framework within which all other scientific commitments can be understood as specifications, even while the latter maintain their analytic independence”. O segundo critério seria o da “decisão”, ou “decisividade”: os conceitos gerais devem ter repercussões em todos os níveis mais específicos da análise social e não podem ser triviais (Alexander, 1982: 37).

Mas é claro que, se existe um nível discursivo (e não simplesmente teórico ou racional) nas ciências sociais, as divergências que nele se manifestam não podem ser resolvidas pela simples aplicação de critérios analíticos como os que propõe Alexander, ou seja, o poder de generalização e a “deci-

4. Walzi C. S. Silva, *A Quase Ciência da Ciência: Um Ensaio Crítico sobre o Programa Forte de David Bloor*, Rio de Janeiro: Luperj, 1985, tese de mestrado em sociologia.

5. Robert K. Merton, “On Sociological Theories of Middle Range”, em R. K. Merton, *On Theoretical Sociology*, New York, Free Press, 1967, pp. 39-72; S. Schwartzman, “O Dom da Eterna Juventude”, *Dados — Revista de Ciências Sociais*, vol. 8, 1971.

sividade” dos conceitos e teorias. Essa dificuldade é explicitada no novo texto de Alexander, que expõe a divisão das ciências sociais em “escolas”, assim como a perenidade dos clássicos em suas sucessivas releituras e reinterpretações, pela existência de discursos irredutíveis.

Não podendo utilizar-se de critérios racionais, ou formais, para introduzir sua proposta teórica, Alexander se confessa, ele mesmo, discursando e procura inserir-se em um movimento pendular que acredita detectar e que oscilaria entre o coletivo e o individual, o macro e o micro, o racional e o afetivo. Existiria, atualmente, um ponto de convergência nesse movimento pelo revigoração do conceito de cultura, que permitiria a integração dos diferentes pontos de vista hoje em confronto nas ciências sociais. Sem negar o eventual interesse dessa proposta teórica, é bastante claro, no entanto, que nem ela nem outras conseguirão se firmar pela simples força de sua argumentação lógica, ou pela persuasividade do discurso que a acompanha. Existe um nível de sustentação mais profundo que deve ser alcançado, que é o da vinculação entre o discurso e a realidade social a partir da qual esse discurso é produzido e defendido. É na análise das relações entre essa prática, os discursos com ela relacionados e os níveis mais racionais e empíricos do conhecimento que se situa, a meu ver, a possibilidade de um entendimento mais adequado dos problemas e das potencialidades das ciências sociais no mundo de hoje.

Prática, discurso e conceitos nas ciências sociais brasileiras: uma incursão

Em 1980 a revista *Dados* publica uma série de artigos sobre ciências sociais, democracia e dependência que buscava, basicamente, examinar em que medida as condições especiais nas quais as ciências sociais eram produzidas em nosso meio influenciavam seu conteúdo. Wanderley Guilherme dos Santos discute, em termos muito amplos, a ciência política na América Latina e a vê como afligida pelos males de um economicismo e historicismo empobrecidos, assim como por um marxismo de segunda classe. Para ele, este era o lado negativo do processo de compartimentalização e especialização das ciências sociais latino-americanas, que deveria ser compensado, presumivelmente, pelo trabalho interdisciplinar. Se a crítica era correta, a interpretação era duvidosa, já que os males que apontava pareciam, na realidade, afligir muito mais os países em que as ciências sociais não se haviam institucionalizado do que propriamente o Brasil, onde essa institucionalização havia ido mais longe. Não parecia que o conceito de especialização e divisão social do trabalho intelectual fosse suficiente para explicar a predominância do discurso historicista, economista e empobrecidamente marxista de

nossos cientistas sociais. Fábio Wanderley Reis, em um artigo totalmente distinto, comparte com Wanderley dos Santos a noção de que as condições "externas" do trabalho científico podem, certamente, prejudicar sua qualidade, mas não chega a avançar nenhuma hipótese sobre essas condições e os conteúdos substantivos dos discursos⁶.

O trabalho de Bolívar Lamounier⁷ é complexo e difícil de resumir, a não ser em uma interpretação livre como a que fazemos aqui. Tal como Alexander para a sociologia, ele busca examinar a evolução de alguns conceitos centrais das ciências políticas contemporâneas — o Estado, a ação coletiva — e observa que este é "o aspecto da análise política mais sensível à influência dos contextos sociais específicos: a porta pela qual as diversas 'ontologias' do social penetram no discurso científico, e, ao fazê-lo, mostram seus limites" (p. 44). Como em Alexander, está presente a idéia do "discurso"; indo mais além, no entanto, Lamounier trata de identificar, por um lado, sobre quais conteúdos os discursos incidem mais diretamente e, por outro, os contextos sociais específicos que os condicionam. Na segunda parte de seu trabalho ele propõe uma periodização da ciência política brasileira e de seus temas respectivos: o período até 1945, caracterizado por ensaístas preocupados com os problemas da formação do Estado Nacional; o período 1945-1964, orientado para as questões da expansão da cidadania e da capacidade de ação racional do Estado, e o período pós-1964, em que as ciências políticas se institucionalizam ou se esfacelam e refletem criticamente sobre as experiências anteriores (interpretação semelhante para o desenvolvimento da antropologia no Brasil é desenvolvido por Marisa Peirano). Se até 1945 os intelectuais brasileiros participavam, individualmente⁸, de um projeto de construção do Estado tornado ilegítimo com a democratização do pós-guerra (Oliveira Viana é o grande exemplo) e se nos anos seguintes pretendeu-se, pelo engajamento partidário ou pela ação grupal, uma liderança em um processo político de ampliação da participação e do aumento da racionalidade do Estado (o exemplo aqui é o Instituto Superior de Estudos Brasileiros — ISEB), no período pós-1964 instala-se uma grande divisão que Lamounier percebe, mas não explica em maior profundidade. Por um lado, há uma visão fortemente militante, trabalhada com um estilo de análise "demasiado globalizante e demasiado insensível ao caráter constitutivamente precário de toda

6. Wanderley G. dos Santos, "A Ciência Política na América Latina — Nota Preliminar de Autocrítica", *Dados — Revista de Ciências Sociais*, 23 (1): 15-28, 1980; Fábio Wanderley Reis, "O Grifo é Nosso: Academia, Democracia e Dependência", *Dados — Revista de Ciências Sociais*, 23 (1): 59-78, 1980.

7. Bolívar Lamounier, "Pensamento Político. Institucionalização Acadêmica e Relações de Dependência no Brasil", *Dados — Revista de Ciências Sociais*, 23 (1): 29-58, 1980.

8. Marisa Peirano, *The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case*, Harvard University, Department of Anthropology. Ph. D. Dissertation, 1981.

a integração política" (p. 56), e sujeita, podemos acrescentar, às críticas de Wanderley dos Santos no artigo citado mais acima. Por outro, surge uma ciência política particularizada, perdida em uma miríade de estudos isolados de processos decisórios, participação eleitoral e tantos outros, mas incapaz, na visão de Lamounier, de enfrentar com a devida atenção as grandes questões da ciência política contemporânea, que giram ao redor do tema do controle democrático sobre os sistemas políticos de larga escala. Ambos seriam produtos de uma ciência política afastada e de costas para o poder político constituído; o primeiro grupo possivelmente mais vitimado pela repressão ideológica e sofrendo o impacto de um sistema universitário em decomposição; o segundo, mais isolado e trabalhando em instituições que, de alguma maneira, conseguiram se desenvolver de forma até mais estável do que nas décadas anteriores, mas que pouco podiam pretender além do trabalho acadêmico enquanto tal. Se o primeiro discurso é globalizante e simplificador, o outro tenderia à complexidade, ao detalhe e à inconclusividade; se um é mais próximo do *ethos* da militância política ou do intelectualismo alienado, o outro se aproximaria do estilo dito "científico".

Um artigo de Valéria Pena, já agora sobre a sociologia, procura recuperar o sentido positivo da segmentação, do não-enfrentamento das "questões centrais" tão cruciais nas preocupações de Bolívar Lamounier⁹. A virtude da "nova sociologia" brasileira (que ela faz acompanhar, precavidamente, de um ponto de interrogação) seria exatamente a convivência com a diversidade, o tratamento do concreto, a descoberta de que "as hierarquias são muitas e as opressões várias", e que por isso vários deverão ser não só os conhecimentos mas também as próprias práticas políticas (p. 93). A mulher, o cotidiano dos trabalhadores, os problemas dos negros, a sociedade camponesa, os padrões cotidianos de convivência, cada uma dessas coisas vem encontrando seus estudiosos, seus apaixonados e seus novos militantes. Não existe discurso, mas discursos. No fundo, uma sensação de que os "grandes temas" são inacessíveis, tanto quanto o poder político também o era. Mas a vida continua, tem muitas facetas, e as ciências sociais poderiam, quem sabe, encontrar novo alento no contato com a realidade concreta dos homens.

Em certo sentido, o trabalho de Valéria Pena assinala o fim de um grande círculo iniciado muitos anos antes, quando, no Brasil, a sociologia surgiu como contestação ao pensamento jurídico, consolidado no poder e apropriado pelas elites mais tradicionais. A sociologia pretendia-se, então, militante, globalizante, histórica, incluía o econômico e, sobretudo, o político. Em parte pelo próprio processo de institucionalização das disciplinas acadêmicas, em parte pelo ambiente político e institucional que passa a existir

9. Valéria Pena, "Uma Nova Sociologia", *Dados — Revista de Ciências Sociais*, 23 (1): 93-110, 1980.

no Brasil a partir dos anos 60, esse quadro vai-se alterando. A economia se transforma cada vez mais em disciplina independente, fechada em seus diferentes paradigmas, apresentando-se muitas vezes como "técnica" e despoliticizada e, de qualquer forma, sem reconhecer a legitimidade acadêmica e intelectual das demais ciências sociais. A ciência política, que não existia na tradição brasileira a não ser como um ramo do direito (a chamada "teoria geral do Estado"), encontra sua identidade, principalmente, a partir do mundo acadêmico norte-americano e começa a absorver muitos dos sociólogos formados na tradição mais globalista (e francesa) anterior. Reduzido ao econômico, por um lado, e ao político, por outro, o social perde legitimidade como objeto e a crise da sociologia como disciplina se instala. Essa crise explica, de algum modo, a transformação que se opera na antropologia brasileira, que gradualmente começa a voltar seus olhos das populações indígenas para a realidade do mundo dito "civilizado" e, mais especificamente, para seus setores menos privilegiados, os camponeses, os pobres das cidades e os negros. É com essa antropologia do mundo moderno que a nova sociologia, identificada por Valéria Pena, vai buscar sua inspiração mais fecunda.

A convivência com a fragmentação e o plural, no entanto, requer a estabilidade relativa da vida acadêmica. Todos os trabalhos examinados por Valéria Pena foram elaborados nas principais instituições de pesquisa em ciências sociais do país — IUPERJ, Universidade de São Paulo, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Cedec. Enquanto isso, os cursos de pós-graduação continuavam a formar cientistas sociais que as instituições acadêmicas não mais absorveriam, ou só absorveriam precariamente. Ao mesmo tempo, o regime militar começava a mostrar suas fissuras e os movimentos reivindicativos da sociedade se tornavam cada vez mais fortes e audaciosos. Era uma nova realidade que surgia, e nela uma boa parte das ciências sociais brasileiras mergulharia de cabeça.

Era chegada a hora, como assinalou um observador atento, Mark Oziel, de "ir para o povo"¹⁰. Os intelectuais, que no tempo do Iseb e do Movimento de Cultura Popular pretendiam ser a cabeça pensante da nação e com isso conquistar seu apoio, agora confessam humildemente sua ignorância e a necessidade de aprender com a gente simples. O povo, no novo discurso, sabe votar, é intrinsecamente democrático, tem uma sabedoria recôndita muito superior, por definição, aos artificialismos da cultura importada. O intelectual agora assume a tarefa de dar dignidade e respeitabilidade às coisas do povo — sua linguagem, sua religião, seus valores — e, a partir desse trabalho redentor, conquistar seu novo espaço. Essa nova produção intelectual não se canalizava para as sisudas revistas científicas, mas para os jornais e revistas de grande circulação, para os partidos políticos e para as salas de

10. Mark L. Oziel. "Going to the People: Popular Culture and Intellectuals in Brazil". *Archives Européennes de Sociologie*, XXV, 1984, pp. 245-275.

aula repletas de jovens que ingressavam em um sistema universitário em expansão e que viam pouco sentido na antiga racionalidade acadêmica que, muito suspeitamente, havia florescido nos anos da ditadura e parecia ter suas origens no exterior. O novo discurso valoriza o estilo, a paixão, a simpatia e o compromisso inalienável com os dogmas populares (a sabedoria do povo, a valorização do emocional e do intuitivo, a crítica ao raciocínio frio e desumanizado, a oposição à tecnocracia e ao poder constituído em todas as suas formas). Nem por isso, no entanto, é um discurso inculto. Para isso estão, e são citados conforme os gostos e as necessidades, Lacan, Bourdieu, Foucault, Feyerabend e até mesmo Derrida para os mais sofisticados. Manejar autores tão complexos em estilo comunicativo não é tarefa fácil, e por isso uma nova hierarquia vai-se estabelecendo no mundo intelectual, baseada em um discurso radicalmente oposto e sem diálogo ou síntese possíveis com as ciências sociais tradicionalmente constituídas, e alimentado cada vez mais por novos atores que até então não haviam mostrado sua presença, os filósofos e os críticos literários.

Discursos e a natureza do conhecimento social

A sociologia da ciência, ao colocar o conhecimento científico (ou pelo menos seu “discurso”) no contexto de seus condicionantes sociais, corre o risco de alimentar uma tese profundamente irracionalista, que é a de que, no fundo, todas as formas de conhecimento não passam de discursos alternativos, todos os conhecimentos são iguais e a noção de “verdade” nada mais é do que a expressão do poder político (ou da “hegemonia”) de um grupo sobre os outros.

Essa conclusão, no entanto, não é necessária. Diversos tipos de conhecimento produzem diferentes resultados e podem ser avaliados pelo que alcançam. Alguns trazem dividendos políticos; outros atraem grandes públicos e formam opinião; outros permitem previsões acuradas de determinados fenômenos em determinadas condições; outros dão sentido e coerência a coisas que, de outra forma, permaneceriam estranhas e ininteligíveis; outros, finalmente, privilegiam o controle sobre a natureza, a eficiência administrativa e empresarial. Conforme o ambiente histórico, o clima político, as solicitações e as condições de trabalho dos cientistas sociais (e não só deles), buscam-se coisas diferentes, e os resultados, por isso, nem sempre são comparáveis e analisados sob a mesma lógica. O que ocorre cada vez mais com as ciências sociais, no Brasil como em outras partes, é que os muros que porventura tenham existido entre o ambiente acadêmico (onde prevalecem os valores da explicação mais abrangente e mais econômica, da complexidade e do ceticismo organizado) e os demais são constantemente penetrados de lado a lado e o próprio cientista social não sabe que papel desempenha a cada momento.

As dificuldades trazidas por essa situação tornam-se evidentes quando contrastamos o trabalho de Alexander com, por exemplo, o recente ensaio de Eunice Durham sobre a antropologia no Brasil¹¹. Alexander, em *Theoretical Logic in Sociology*, chama a atenção para três pecados que teriam prejudicado a produção teórica na sociologia: a redução da problemática teórica ao engajamento político, presente no debate sobre ideologia; sua redução às questões de preferências metodológicas no debate sobre positivismo e sua redução a proposições empíricas no debate sobre o conflito. Superados esses reducionismos, acredita Alexander estar aplainado o caminho para a restauração plena do discurso lógico nas ciências sociais, quando, então, torna-se possível discutir o *status* teórico de termos como cultura, indivíduo, ordem social, poder etc.

Eunice Durham, em seu ensaio, também se preocupa com os deslocamentos no uso de conceitos teóricos e assinala algumas interpretações sobre o contexto da atividade do antropólogo brasileiro e suas implicações epistemológicas. Nós antropólogos, diz ela, "estamos passando da observação participante para a participação observante e resvalando para a militância" (p. 27). Paradoxalmente, "ao mesmo tempo que os antropólogos se politizam na prática do campo, a partir de seu engajamento crescente nas lutas travadas pelas populações que estudam, despolitizam os conceitos com os quais operam". Esse paradoxo teria duas explicações, uma no nível social e outra no nível epistemológico. No nível social, a despolitização dos conceitos seria uma forma de solucionar o conflito entre dois papéis contraditórios, o acadêmico e o militante. Ela não se utiliza dessa terminologia sociológica, mas diz que "o que estamos fazendo é operar os conceitos [de classes sociais, ideologia, pessoa, individualismo e identidade] de tal modo que, evitando o tratamento direto da problemática social e política que neles está contido, preservamos uma *alusão* a essa problemática" (p. 32). A explicação epistemológica é mais complexa e teria algo a ver com a impossibilidade de os antropólogos pensarem a totalidade das sociedades complexas, da mesma forma que o fazem para as sociedades primitivas, de escala mais reduzida. Ao buscar fazer uma antropologia "colada" às populações que estuda, e que não representam, nas sociedades complexas, senão fragmentos de um todo mais amplo, o antropólogo terminaria também por se fragmentar, caindo nos "deslizes semânticos" que consistiriam, basicamente, na utilização de conceitos de forma desligada do contexto histórico e ideológico em que surgiram.

A proposição de que a ambigüidade de papéis dos antropólogos (e, por extensão, de outros cientistas sociais) leva a um uso ideológico de conceitos, por uma parte, e a um tratamento exclusivamente conceitual e teórico

11. Eunice Durham, "A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas", em Ruth Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica*, Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1986.

da prática política, por outra, que decorre sem muito esforço do texto de Eunice Durham, parece bastante rica. Por outro lado, suas conclusões mais propriamente teóricas, opostas às de Alexander, conduzem, parece-me, a um beco sem saída. Enquanto Alexander procura construir, no terreno movediço dos discursos e dos condicionantes sociais do conhecimento, uma fundação para uma lógica teórica de validade geral, Eunice Durham parece requerer não somente que os antropólogos se “descolem” de seus objetos de estudo mas inclusive que se construa, “em algum lugar da reflexão antropológica” brasileira, um quadro conceitual adaptado à nossa realidade e que possa substituir, presumivelmente, o uso de conceitos como os de classe social, grupo de *status*, identidade, ideologia ou pessoa. Se levada ao extremo, seria uma tese que iria contra toda tentativa de dotar as ciências sociais de generalidade e abrangência explicativa. Dentro de seus limites, ela é útil para lembrar que nem o engajamento puro e simples, nem o uso abstrato e vazio de conceitos e muito menos a esquizofrenia de tentar fazer as duas coisas ao mesmo tempo produzem uma ciência social realmente significativa. A boa ciência social, poderíamos acrescentar, supõe um interesse genuíno do pesquisador pela realidade que estuda, uma compreensão adequada dos contextos sociais em que surgem e se desenvolvem as idéias e um esforço de trabalhar com conceitos cada vez mais universais e abrangentes.

A “nova república” traz para as ciências sociais brasileiras novas condições e novas necessidades de exame e interpretação. Se antes os muros acadêmicos já eram penetrados pelo *hype* dos meios de comunicação de massa e da mobilização política, agora chegam também as demandas de participação na administração da coisa pública. Já não basta interpretar, criticar e analisar, é necessário agora poder agir, mas sem deixar de criticar nem de manter a linguagem da comunicação bem-sucedida. Se alguns cientistas sociais se especializam em alguns desses papéis — renunciando, quem sabe, aos favores da mídia em benefício do trabalho acadêmico, ou renunciando à possibilidade de participar no governo em nome da militância política ou vice-versa —, a maioria prefere conviver com a multiplicidade de papéis e tratar, de alguma forma, de conciliá-los, gerando dificuldades como as que Eunice Durham evidencia. A tarefa é cada dia mais complexa.

A conclusão é que, se os discursos nas ciências sociais se explicam por condicionantes sociais e institucionais passíveis de serem reconhecidos, a discussão intelectual e conceitual sobre sua validade não pode ser desligada não só de uma análise como tampouco de um envolvimento pessoal constante e permanente dos cientistas sociais a respeito do espaço social que deve caber em determinado meio para eles próprios e dentro do qual possam florescer em um sentido ou outro.

O Brasil, em comparação com muitos outros países, já logrou muito nessa direção, e por isso as ciências sociais brasileiras têm florescido. Mas é importante ter sempre presente e problematizado o contexto em que se traba-

lha. As ciências sociais, em suas diversas modalidades, necessitam de espaços relativamente permanentes e estáveis para que a discussão sobre as condições dos discursos não dominem toda a sua atenção, deixando pouco espaço para a produção de conhecimentos enquanto tais.

O LUGAR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS*

A “crise” recorrente das ciências sociais

Ninguém está contente com as ciências sociais. Para alguns, elas são muito teóricas, abstratas e não contribuem para resolver os problemas do país; para outros, predomina a pobreza teórica, a falta de rigor analítico, a preocupação desordenada com questões imediatistas. Existem os que se queixam da secura dos conceitos abstratos, da frieza dos números, buscando resgatar a força da sensibilidade artística e literária; outros deploram o vale-tudo da intuição e dos bons sentimentos. Há os que criticam o elitismo dos cursos de pós-graduação, suas teses intermináveis e incompreensíveis, e os que lamentam a massificação dos cursos de graduação, com a indigência dos currículos e a má qualidade dos estudantes. Há os que criticam o uso abusivo do inglês, o jargão tecnocrático, a proliferação das citações, e os que lamentam o provincianismo de uma ciência social que se isola em uma língua secundária, usa idéias de segunda mão sem conhecer as fontes e não dialoga com o resto do mundo.

É provável que a insatisfação seja maior hoje do que em outros tempos e mais intensa no Brasil do que na Europa ou nos Estados Unidos. Mas é óbvio que não se trata de um fenômeno novo nem exclusivamente nacional.

* Trabalho apresentado à mesa-redonda “Teoria e Método e as Ciências Sociais Brasileiras da Atualidade”, em *XIV Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, out. 1990, e no seminário “Ciências Sociais Hoje”, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 29 nov. 1990.